

■ Apresentação

..... Bruno Cava

A seção **Universidade Nômade** deste número reforça o dossiê do anterior, “A potência dos pobres”, publicado na edição 40. Queremos continuar pensando as lutas e nas lutas, estimulado pela franja de produção de subjetividades – e não do ponto de vista do poder, isto é, objetivista e redutor das subjetividades a sujeitos fixados e identitários. Isto significa que os modos de subjetivação do pobre, do negro, da mulher, do imigrante e de todos os resistentes-criadores que fazem a vida da cidade acontecer são assumidos como fragmentos de constituição para a ação política. São fragmentos abertos e em permanente mutação e diferenciação interna, o que exige da pesquisa um constante relacionamento para se entender a realidade. Uma copesquisa.

Falar em *políticas do comum* significa, antes de tudo, reconhecer a existência de organização, pensamento e antagonismo nesses fragmentos. Tais elementos podem ser copesquisados e, então, reconfigurados como um sistema-rede, que esteja calcado nas formas de autoprodução contínua dos sujeitos e, também, no conflito urbano que invariavelmente terminam por provocar, ao resistir aos nivelamentos do poder e seus modelos majoritários. A reconfiguração das esferas de autonomia e produção, aliás, ocorre na medida em que o comum se adensa, com a multiplicação de encontros, na auto-organização própria das resistências da metrópole. É aí que a copesquisa pode aliar-se com uma cuidadosa cartografia dos focos de criatividade e resistência, mapeando um comum em formação, que é simultaneamente produtivo e conflitivo. Organizar as lutas numa política do comum, dentro desta metodologia da imanência, implica em primeiro lugar estar nelas, relacionar-se com elas – para favorecer a composição dos bons encontros, tecendo um mosaico de fragmentos, propiciando-lhes com isso interferências produtivas, transições fecundas, sinergias inesperadas.

Isto difere, evidentemente, da concepção de uma cidade pensada e construída desde cima. Quer dizer, da maneira como um poder constituído verticalizado pretende pensá-la e construí-la, na transcendência própria das várias modalidades de soberania sobre a metrópole. Seja por meio da Cidade-Plano, em que uma suposta razão técnica desinteressada seria competente para determinar o que seja melhor para os viventes, esgotando o teor político dissensual no consenso de especialistas – sob a estrela-guia da razão pública ou do mercado (a diferença é

de forma). Seja por meio da Cidade-Crise, em que uma (forjada) emergência de segurança pública, econômica ou caos urbano determinasse as medidas inadiáveis e necessárias de um poder central, de quem se demanda a decisão para manter a situação sob controle. Nada disso diz respeito às políticas do comum, atreladas na realidade ao pensamento e ação imanentes que o comum da metrópole potencia.

É aqui que o **dossiê Devir menor**, organizado por Susana Caló especialmente para este número da revista, dá uma contribuição de relevo. Devir menor, vale desde já adiantar, não equivale a dizer “pequeno”, “marginal” ou “subalterno”. Trata-se, na esteira da filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, de um modo de pensar e agir que não está baseado num eixo de dominação, com identidades e sujeitos perfeitamente acomodados na ordem existente do capitalismo hoje. Tomemos o exemplo da favela. Não se trata apenas de repensar a favela a partir da própria favela, e não dalgum Plano superior, que preferisse substituí-la por conjuntos habitacionais públicos (visão publicista) ou por condomínios fechados e bairros supervalorizados (visão privatista). Não se trata simplesmente disso, o que meramente criaria um novo sujeito, – a “favela” – passando por cima de várias modulações e estraficações, em constante atrito e disputa, por dentro da própria favela, e entre favelas distintas. O caso é, com efeito, compreender da favela como um fragmento vivo de pensamento e ação, que permita repensar (e lutar) não somente a favela, mas a cidade como um todo em transformação – a política do comum, neste caso, é afetada por um *devir-favela*. Não é que a cidade tenha de virar uma favela, o que seria novamente cair na lógica de sujeitos e identidades. Mas, sim, mas que o fragmento vivo da favela qualifique transversalmente, com poder de contágio e interferência, a política da cidade.

Este raciocínio pode ser estendido a outros exemplos. Os camelôs já contêm em sua própria forma de vida, um pensamento e uma ação implicados que, fragmentariamente, podem reconfigurar o trabalho metropolitano. O *devir-camelô* transforma a ocupação do espaço público e sua tecnologia de valorização capitalista, mais do que simplesmente caracteriza o que o camelô faz. E assim por diante: o *devir-negro* não serve apenas para pensar o negro, mas destruir a sociedade racista; o *devir-mulher* igualmente não recria melhor a mulher, mas o próprio homem, desconfigura o patriarcado.

Tudo isso, uma recomposição da cidade a partir dos *devires menores*, não significa o fim da arquitetura, mas a sua reinvenção dentro de uma ecologia radical de vivência do urbano, como escreve a organizadora do dossiê, Susana Caló: “um entendimento menor das práticas do espaço abre possibilidades para a emergência de formas de viver e de habitar mais democráticas”.

Na última seção, chamada **Economia e subjetividade**, este número apresenta quatro textos ao redor do *aceleracionismo* marxista. Em maio do ano passado, foi publicado o Manifesto Aceleracionista, por Nick Srnicek e Alex Williams. Com ânimo de polêmica, incendiou principalmente as redes e blogs com um debate sobre grandes modelos econômico-políticos. O manifesto critica especialmente as concepções neoliberais, para quem a aceleração do fluxo de capital é um bem em si, e as neomalthusianas, para quem é preciso frear o capital evitando a catástrofe.

O desdobramento dessa discussão, que em dezembro passado rendeu um simpósio em Berlim organizado por Matteo Pasquinelli, nos permite retomar a crítica da economia política, na acepção marxista do termo, para discutir tópicos relevantes como a relação entre meio ambiente e luta de classe, (de)crecimento e desenvolvimento. Em síntese, o aceleracionismo segue às últimas consequências uma sugestão de Deleuze e Guattari, no *Anti-Édipo*. Se o capitalismo se realizou historicamente como um motor de contínua desterritorialização, a fim de submeter os processos biopolíticos à axiomática do capital, nesse processo existe uma tendência de esquizofrenia intrínseca. É que o capital não pode acomodar em seu funcionamento a desterritorialização descontrolada, na medida em que precisa canalizar e acumular a produtividade, cada vez maior, dos fluxos produtivos. Ao mesmo tempo em que necessita do desejo para continuar abrindo mercados, – isto é, para drenar a riqueza extravasante da produção de subjetividade em campos sempre novos, diferenciados; – o capitalismo tem de manter o desejo sob controle, colonizando as subjetividades para que não formem um *comum autônomo*. Este, por sua vez, poderia assumir politicamente o processo, dispensando o parasitismo do capital.

Por um lado, isto implica a necessidade de o capital providenciar uma contínua sofisticação dos mecanismos de controle, por exemplo, com as tecnologias do pós-fordismo (financeirização, flexibilização, autoempreendedorismo, capitalismo 2.0 de redes), ou então os dispositivos da *sociedade de controle* (Gilles Deleuze). Por outro lado, contudo, significa também a latência de uma esquizofrenia que pode conduzir a relação social do capital ao colapso, se a multiplicidade puder organizar-se politicamente, e conferir autonomia a instituições que hoje o capital condiciona e domina. É possível libertar, de dentro dessas institucionalidades, novas instituições, ou *instituições do comum* (Antonio Negri).

O aceleracionismo, portanto, é a aposta que a aceleração do processo desterritorializante engendra as condições sociais e econômicas que precipitam também seu o colapso. Esta precipitação tem a velocidade com que o comum

